

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.075.168 - RS
(2017/0067030-2)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : MARE CHEIA INDUSTRIA TEXTIL EIRELI
EMBARGANTE : FATIMA BOGO
EMBARGANTE : JAISON MANOEL BOGO ALVES
ADVOGADOS : CÉLIO DALCANALE - SC009970
TIAGO DE ASSIS PEREIRA MAFFEZZOLLI E OUTRO(S) - SC032695
EMBARGADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : VERA LUCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S) - RS016912

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, opostos por MARE CHEIA INDUSTRIA TEXTIL EIRELI e OUTROS, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário (fls. 280/283, e-STJ), que negou provimento ao agravo, ante a incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.

Irresignados (fls. 287/289, e-STJ), os embargantes alegam a existência de omissão a respeito do argumento de que o título executado não consistiria em Cédula de Crédito, mas sim Contrato Particular de Consolidação, Confissão, Renegociação de Dívida e Outras Obrigações. Refutam, ainda, a incidência das Súmula 7 e 83 do STJ.

Impugnação às fls. 292/295, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração não merecem acolhida.

1. Nos estreitos limites do artigo 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração visam somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material existente em decisão ou acórdão, não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado, como pretende a parte embargante.

Nesse sentido, precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. CARATER PROTETÓRIO. MAJORAÇÃO DA MULTA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. **Inexistentes as hipóteses do art. 535 do CPC/73, e 1.022 do NCPC, não merecem acolhida os embargos de declaração que têm nítido caráter infringente.** 2. Os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado. 3. Inexistindo a alegada omissão no acórdão embargado, mostra-se incabível o acolhimento dos aclaratórios. Precedentes. 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg na PET no CC 133.509/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/05/2016, DJe 18/05/2016) [grifou-se]

No presente caso, o *decisum* embargado contém fundamentação suficiente

para justificar o não provimento do apelo, pois aplicou no ponto, as Súmulas 7 e 83 do STJ, tendo em vista que o Tribunal local consignou que o contrato em análise é considerado título executivo extrajudicial.

Confira-se os seguintes excertos do *decisum* pertinente à insurgência ora em exame (fl. 163/164, e-STJ):

1. Na forma da jurisprudência do STJ, fixada em recurso representativo de controvérsia, "a Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, circunstância que autoriza sua emissão para documentar a abertura de crédito em conta corrente, nas modalidades de crédito rotativo ou cheque especial. O título de crédito deve vir acompanhado de claro demonstrativo acerca dos valores utilizados pelo cliente, trazendo o diploma legal, de maneira taxativa, a relação de exigências que o credor deverá cumprir, de modo a conferir liquidez e exequibilidade à Cédula (art. 28, § 2º, incisos I e II, da Lei n. 10.931/2004)". (REsp 1291575/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 02/09/2013) Com efeito, o acórdão recorrido decidiu (fls. 163/164, e-STJ): Preliminarmente, o contrato em análise é considerado título executivo extrajudicial, quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 10.931/04. O art. 28 da Lei nº 10.931/04 conferiu à Cédula de Crédito Bancário a natureza de título executivo extrajudicial, atribuindo-lhe a natureza de título de crédito (art. 26).

Senão vejamos:

Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2º.

A Cédula de Crédito Bancário, por possuir natureza de título executivo, pode aparelhar ação executiva, não sendo necessário o ajuizamento de ação monitória, cabível aos títulos sem eficácia executiva, nos termos do art.

1.102.A do Código de Processo Civil.

Art. 1.102.A - A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel Vale referir, ainda, que até mesmo quando utilizada para a formalização de um negócio de crédito rotativo, a cédula conserva essa força executiva, exigindo-se, porém, nesse caso, adicionalmente, que seja emitida pelo valor posto à disposição do mutuário e que venha acompanhada de planilha de cálculo elaborada pelo credor ou de extratos da conta corrente, por meio dos quais seja possível identificar 'as parcelas utilizadas do crédito aberto, os aumentos do limite do crédito inicialmente concedido, as eventuais amortizações da dívida e a incidência dos encargos nos vários períodos de utilização do crédito aberto' (artigo 28, parágrafo 2º), restando especificada ainda 'a promessa do emitente de pagar a dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, correspondente ao crédito utilizado' (artigo 29, inciso II).

(...)

Outrossim, por força de lei, mesmo que tenha por objeto uma operação de abertura de crédito ou de crédito rotativo, a cédula já é 'promessa de pagamento' (artigo 26, *caput*), de maneira que, com a fruição do crédito aberto, passa a configurar, para o financiador, título certo, líquido e exigível.

Tal regramento especial das cédulas de crédito bancário, instituído pela Lei

n.º 10.931/2004, veio ao encontro das necessidades do mercado de financiamento bancário - especialmente das transações envolvendo abertura de crédito, cheque especial ou crédito rotativo.

No caso em tela, foram acostados aos autos o contrato e demonstrativos de evolução do débito (evento 1 da execução em apenso), restando preenchidos os requisitos previstos em lei.

Assim, por constituir-se a presente cédula em dívida líquida e exigível, e preenchidos os requisitos legais no sentido de restar especificada a promessa de pagamento de dívida certa, líquida e exigível, está o título habilitado a instruir a execução.

Portanto, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de atribuir à Cédula de Crédito Bancário força de executiva, ante o preenchimento dos requisitos legais. Assim, não há que se falar em nulidade da execução.

Ademais, rever o entendimento adotado pelo Tribunal de origem, demandaria o reexame do contexto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A alteração do entendimento sedimentado na instância ordinária acerca da legitimidade ad causam só é possível, no caso dos autos, mediante o revolvimento dos elementos de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais, o que esbarra nos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. A jurisprudência deste Tribunal Superior, sedimentada no julgamento do Recurso Especial n. 1.291.575/PR, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/73 (recurso repetitivo), dispõe no sentido de que a cédula de crédito bancário é título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, circunstância que autoriza sua emissão para documentar a abertura de crédito em conta-corrente, nas modalidades de crédito rotativo ou cheque especial. Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 882.537/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 29/08/2016)

Ausente, portanto, a apontada omissão, não se revelam os embargos de declaração como a via adequada à revisão do julgado, em manifesta pretensão infringente. Com efeito, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não configura violação do art. 1.022 do CPC/15.

Nesse sentido, colhe-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, LACUNA OU OBSCURIDADE. INTUITO DE DISCUTIR MATÉRIA ALHEIA AO OBJETO DO JULGADO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. INVIABILIDADE.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito, nem ao prequestionamento de dispositivos constitucionais com vistas à interposição de Recurso Extraordinário.

2. Não há lacuna na apreciação do decisum embargado. As alegações do embargante não têm o intuito de solucionar omissão, contradição ou obscuridade, mas denotam a vontade de rediscutir o julgado.

3. Reitera-se que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao CPC e que os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito, nem ao prequestionamento de dispositivos constitucionais com vistas à interposição de Recurso Extraordinário.

Logo, a via dos Aclaratórios é inadequada para a discussão que o embargante traz ora a juízo.

4. Considerando que a previsão normativa que comina multa por recurso manifestamente protelatório; havendo em conta que não se encontra nenhuma contradição, omissão ou obscuridade; tendo em vista que não se trata dos primeiros Aclaratórios, mas de Embargos de Declaração, dos Embargos de Declaração, do Agravo Interno, dos Embargos de Divergência, do Agravo Interno, do Agravo contra decisões das instâncias ordinárias, entende-se por incidir a multa prevista no art. 1.026, § 2º, do novo CPC 5. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgInt nos EAREsp 990.935/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, **CORTE ESPECIAL**, julgado em 04/04/2018, DJe 01/06/2018)

2. Não obstante a rejeição dos aclaratórios, deixa-se de se aplicar a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015, pois, em se tratando de primeiros embargos de declaração que não ostentam caráter manifestamente protelatórios, pressuposto para aplicação da medida, descabida a sua incidência neste momento processual.

No entanto, desde já se adverte que a reiteração de embargos de declaração, com intuito de rediscussão do julgado, poderá caracterizar o aludido caráter manifestamente protelatório, ensejando a aplicação da multa citada.

3. Do exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator